

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

Trabalho e pobreza em Baturité: usos e abusos dessa condição.

PEREIRA, Igo Barbosa¹

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo propor uma reflexão em torno da temática do trabalho, livre principalmente, executado pelas camadas populares mais empobrecidas, na segunda metade do século XIX, na cidade de Baturité (CE). Este local vivenciou um período próspero, com a intensificação da produção cafeeira e demais obras levadas adiante pelo poder público. A reflexão centra-se em mostrar como a mão de obra desses trabalhadores foi utilizada, na agricultura e nas obras públicas, de forma controlada e submissa, tanto pelas elites locais, como pelas autoridades públicas. Para isso foram utilizados como fontes os jornais “A Ordem: Órgão Conservador” e “A Onda: Jornal Crítico e Recreativo” produzidos no município na década de 1880, cuja quantidade de exemplares, disponíveis no site da Biblioteca Nacional, nos permitiu ter uma maior percepção sobre a realidade local; os manuscritos do botânico Freire Alemão, no qual consta anotações do cientista sobre a região; além de regulamentos oficiais. Em conjunto com essas fontes, foram utilizadas algumas referências bibliográficas, relacionadas com o tema e o período temporal abordado. Constatamos que o acesso à terra, os meios repressivos e a religião cristã foram alguns dos instrumentos utilizados para adequar e controlar o trabalhador ao tipo e as condições de serviço desejado.

Palavras-chave: Trabalho; Baturité; Pobreza; Controle.

1. Uma primeira aproximação.

Na década de 1850, à medida em que a agricultura comercial foi se tornando hegemônica na Província, novos problemas foram apresentados como dificultadores para organizar as relações de trabalho. Dentre esses aspectos, ressalta-se: a necessidade de leis para regularizar o sistema de trabalho, em função da “inconstância” dos trabalhadores; a falta de ensino profissional e também, nessa conjuntura, a diminuição de braços, devido à saída do trabalhador escravo. (PINHEIRO, 1989-1990, p. 207/208)

A hegemonia da agricultura comercial no Ceará na segunda metade do século, segundo Francisco Jose Pinheiro (1989/1990), veio em conjunto com a diminuição gradativa da escravidão oficial e a pouca adaptação dos homens comuns às novas formas

¹ Mestrando em História, Universidade Federal do Ceará, igo.barbosa@yahoo.com.br

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

de trabalho; o que mobilizou o aparato estatal em busca de soluções. As saídas encontradas, expressas muitas vezes em leis, trouxeram a necessidade de adequação para a população. Mudanças forçadas, impostas de cima pra baixo, essas medidas foram alvo de críticas e movimentos de resistência. Tais “saídas”, foram aplicadas também no enfrentamento das secas e nas tentativas de modernização do Ceará.

Nesse cenário de transição, Baturité, localizada à cerca de 77 Km de Fortaleza (CE), na década de 1870, viveu um período de relativa prosperidade em termos de desenvolvimento econômico, principalmente devido ao início da construção da linha férrea (1872), cujo objetivo era ligar a Comarca à Capital. Visava-se aumentar o fluxo de mercadorias e incrementar o comércio na região, cujo centro, à época, era a produção cafeeira. O trabalho que permitiu essa fase áurea, cabia em grande medida aos trabalhadores livres, além dos escravizados, inferiores quanto a sua quantidade, como aponta Silva (2011).

A pouca presença da mão de obra escrava na produção de café local, assim como a presença relativamente pequena dessa população no Ceará, não nos autoriza a dizer que a existência de escravizados, mesmo que em menor número, não teve suas implicações para o meio a qual estavam inseridas. Como aponta Eurípedes Funes (2015):

Uma realidade semelhante à de outras províncias, onde a escravidão teve relativa importância, do ponto de vista qualitativo. Isso não minimiza o sentido e o significado da presença escrava na sociedade cearense e muito menos deve ser entendido como fator determinante de um modelo específico de escravidão marcada pela cordialidade e fraternidade dos senhores em relação aos seus cativos. O fato de ser, ou ter, escravo já é por si uma prática aviltante ao direito e à cidadania. (FUNES, 2015, p.108)

A atuação desse grupo, dividindo os mesmos espaços da população livre, nos leva a pensar que sua utilização se deu nos diversos campos de produção e serviço, indo desde a agricultura, passando pelos serviços domésticos, até servirem como “escravos de aluguel e ganho”, como assinalado por Funes (FUNES, p. 110). Sua ocupação dependia das necessidades e intenções de seu “dono”. Dentre seus possíveis proprietários, estavam alguns homens de destaque na região: os coronéis.

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

2. Baturité, quem manda e quem obedece.

Em sua dissertação de mestrado, Joanna Cavalcante Pinheiro Farias (2018) traz, dentre outros pontos, um banco de dados relativo aos senhores de escravos em Baturité. Ela detecta, na documentação analisada, a presença de figuras conhecidas como coronéis, sendo assim denominados os indivíduos possuidores de terras, participantes ativos do poder público, com autoridade local. A autora ressalta que não tinha como ter certeza se, verdadeiramente, eram militares. Caso não fossem, eram percebidos assim por respeito ou temor.

Vistos como patriarcas, protetores dos seus dependentes, essas pessoas possuíam um notório prestígio local. Como apontou Edgard Carone: “A dependência familiar ajunta-se a dependência dos agregados: escravos, ex-escravos, trabalhadores de eito assalariados, todos necessitam de trabalho, alimentação e proteção do senhor” (CARONE, 1971, p. 88). Sua autoridade ia além de suas terras, chegando em locais próximos, como zonas comerciais. Valendo-se ora da pressão pessoal, ora da pressão política, conseguia, se não dominar, pelo menos influenciar a maioria das pessoas de sua região. Em troca do trabalho e da proteção, aos senhores era dada a subserviência e o apoio de seus dependentes à suas vontades, e em tempos republicanos, os votos foram acrescidos.

Na vila do Acarape, atual Redenção, Joanna Cavalcante notou a presença de três coronéis: Honorato Gomes da Silveira, Francisco Ferreira da Silva e Simião Telles Jurumenha (FARIAS, 2018, p. 70). Esses dois últimos tinham escravos. Jurumenha, por sinal, libertou nove cativos em 1881. Um outro senhor, não identificado com patentes, de nome Antonio da Silva Mattos, também era detentor de posses consideráveis, além de um comprador frequente de escravizados, cuja utilização não pôde ser identificada. Em Baturité, ela ressalta que o número de proprietários de cativos foi bem maior, dentre eles podemos citar Antonio Alves de Carvalho, Marçal Gomes da Silveira e Maria de Castro Sampaio. Os três, segundo os inventários analisados pela autora, tinham seis ou mais escravos registrados.

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

Para esses senhores, possuir escravos podia ir além da mera necessidade de contar com mão de obra a ser explorada em benefício próprio. Júlio Cesar de Oliveira e Silvio Luiz, em um artigo, resumem bem as vantagens de possuir esses “bens”: ter escravos era demonstrar capacidade de empreender, possuir crédito, deter um fator de produção, possuir um símbolo de *status*, uma maior chance de participar da política local, e garantir a liberdade. Esse último ponto era interessante porque envolvia ex escravizados como proprietários de cativos. Ocorria que, “para um liberto, diante do perigo permanente de reescravização, a maior garantia de manutenção da liberdade sempre ameaçada e precária era possuir um escravo.” (ALMEIDA & VELLOZO, 2019, p. 2144)

A utilização da mão de obra de pessoas pobres, escravizadas ou não, em proveito de causas alheias a seus interesses não é, claramente, uma prática própria das elites da capital cearense, aparecendo antes e depois do século XIX. Se caminarmos em direção ao século seguinte, chegaremos por exemplo, no que conhecemos como Coronelismo. Colocando-se como, dentre outras coisas, um compromisso entre poder público e os influentes chefes locais, esse fenômeno trouxe consigo um conjunto de características que foram sendo formadas e reorganizadas ainda no século XIX. Como é colocado por Victor Nunes Leal, em seu Coronelismo, Enxada e Voto. Ele diz que “o fenômeno estudado é característico do regime republicano, embora diversos dos elementos que ajudam a compor o quadro do ‘coronelismo’ fossem de observação frequente durante o Império...” (LEAL, 1997, p. 279). Dentre esses elementos destacamos a força dos homens ricos locais (em termos comparativos) na disputa pelo estabelecimento das condições de trabalho para aqueles que dependiam de sua proteção, em termos de segurança ou de disponibilidade de meios de sobrevivência. Colocados em situação submissa e controlada, os trabalhadores pobres se viam com poucas possibilidades de enfrentamento desses senhores, cujo poderio se estendia ao campo político, já que, com certa frequência, eram os mesmos senhores que ocupavam os cargos políticos de relevância nos municípios. Leal traz um panorama dessa situação, onde até mesmo o Rei detinha poucos meios de enfrentar esses homens destacados:

O Rei, muitas vezes, era ou se mostrava impotente para deter o mandonismo desses potentados, que dominavam câmaras e, por meio

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

delas, todo o espaço territorial compreendido em sua jurisdição. A massa populacional- composta em sua grande maioria de escravos e dos trabalhadores chamados de livres, cuja situação era de inteira dependência da nobreza fundiária- também nada podia contra esse poderio privado, ante o qual se detinha, por vezes, a própria soberania da Coroa. (LEAL, 1997, p.84)

Essa massa, a qual a passagem se refere, apesar de comportar segmentos distintos, possuíam pontos de aproximação. De forma geral, a existência de uma população escrava e outra livre, podia não significar muita coisa. Emanuele Carvalheira de Maupeou (2008), em sua dissertação, apontou para essa convergência de situações vivenciais. Ela escreve que, mesmo sendo formada por grupos heterogêneos, essa coletividade de trabalhadores pobres, sejam eles escravizados, ex-escravos, indígenas, pequenos agricultores mestiços, brancos etc. estavam em situações muito parecidas, ela fala que: “Nestas condições, a precariedade das condições de vida reunia e aproximava escravos e livres pobres, de tal modo que ambos dividiam os mesmos espaços de trabalho e moradia e estavam sujeitos às vontades dos proprietários de terras.” (MAUPEOU, 2008, p. 108) As condições, a qual a citação anterior se refere, diz respeito ao fato de essas pessoas, livres ou não, estarem ligadas a algum senhor influente, seja ele proprietário de terra, comerciante, militar, ou outra ocupação que lhe proporcionasse distinção.

Emy Falcão Maia Neto (2015, p. 140), em sua tese, coloca que dado o fato de nossa constituição histórica ser baseada na escravidão, uma classificação inflexível entre trabalho livre e escravo não nos ajuda a entender os “laços escravistas” presentes nas relações de trabalho. Ela alerta que os dois grupos, apesar de juridicamente distintos, estavam quase sempre sob as mesmas circunstâncias.

A posição de dependente estava colocada, e logo a utilização de sua mão de obra para fins não necessariamente identificados com suas necessidades seria posta em algum momento, independentemente de serem livres ou não, a situação de pobreza trazia uma conta que logo seria cobrada. Como parece ter sido (ou tentado) em Baturité, no ano de 1882. Na transcrição das falas de alguns vereadores com o presidente interino da Câmara Municipal de Baturité, fica evidente a tentativa de utilizar o trabalhador pobre:

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

O Sr. Presidente interino: - Após eu preponho que se dê orde ao subdelegado para empregar o povo baixo...

O Sr. Albuquerque Maranhão: - Não pede emprego para os altos, talvez reparando em si próprio.

O Sr. Presidente interino: - Perdão, o nobre colega ou não me compreende, ou não faz que me não quer comprehender.

Quando digo povo baixo, me arrefiro ao povo da calassia inferior, ao povo da mais baixa esfera da sociedade.

O Sr. Regis; - Bonitéles, bem esplicadéles.

O Sr. Presidente interino: - Cuma eu ia dizendo: esse povo da baixa calassia deve ser obrgado a um trabaio obrigatoiro, cuma *verbo gracia* ao de se fazê-se teia e tyjolo para se alevantá-se casas de edificios pubricos.

O Sr. Zé Tiburcio: - E a lagoa do Zé Félix que tem muito bom barro.

O Sr. Pedro Imaginario: - Concordo com o colega, e pode contar com o meu voto; mais, porem, há de primittir que alguns desses povo se ocupe em tirar madeira, que possam baratiar o geno de meu offiço[...] (A Onda, Baturité- Domingo, 4 de junho de 1882, n 10, p. 2)

No diálogo acima, propõe-se que haja o emprego dos mais pobres em obras de interesse público, de forma obrigatória. O responsável por empregar essa força de trabalho seria o subdelegado, o que nos leva a pensar que a força física também poderia ser utilizada em algum momento, desde que julgassem necessário. Vê-se nitidamente a tentativa de impor um trabalho forçado aos mais pobres, por parte do poder público. O emprego não seria apenas em ramos que beneficiassem a cidade, mas também em atividades que contribuíssem para o alcance de objetivos privados, como derrubar a mata de um terreno, a fim de extrair madeira e limpar o solo para eventuais atividades agrícolas. Cabe ressaltar que a proposta foi aprovada. Esse cenário, de imposição e momentos de não distinção entre público e privado, é discutido por Fernandes Lobo (2013). A partir da análise do Jornal de Taubaté, ele chega ao seguinte pensamento:

O uso da mão de obra escrava, na maior parte da história do Brasil, deixou marcas profundas na sociedade brasileira que acabaram também, por moldar o liberalismo republicano, marcado, além da indistinção entre público e privado, como vimos, também pelo patriarcalismo autoritário, que traduz diferenças e desigualdades no registro de hierarquias que criam a figura do inferior que tem o dever da obediência [...] (LOBO, 2013, p.51)

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

Percebemos que a visão expressa no jornal baturiteense, que não era o pensamento do proprietário dele (no caso, são as falas dos vereadores), trazem uma série de pontos interessante, um deles, ainda não mencionado, é frisado por Fernandes Lobo na passagem citada: há o estabelecimento da “figura do inferior”, que deve obedecer. Logo, há quem exerça o poder de mando. No caso da deliberação na câmara, os inferiores são o “povo da calassia inferior”, o “povo da mais baixa esfera da sociedade”. Quem manda: os políticos locais, quase sempre os mesmos que possuíam as terras e os meios de sobrevivência local.

A iniciativa dos vereadores locais está inserida em um contexto mais abrangente, que nos leva até meados do século XIX. Uma iniciativa em particular, nos chamou atenção: o presidente da província do Ceará, João Silveira de Souza, ainda em 1858, propôs a criação de um regulamento voltado a criação de “companhias auxiliadoras da agricultura e obras públicas”. Cabe salientar que o tal regulamento foi autorizado pela Assembleia da província.

O regulamento em questão, de número 38, possuía cinco artigos, organizados em quatro capítulos e mais as “disposições gerais”. Esse documento previa um tipo de estruturação para essa companhia aos moldes das forças militares, com foco em hierarquia e disciplina. O desejo era que essas organizações estivessem presentes em todos os municípios da região. Os principais cargos voltados ao controle dos trabalhadores estariam sob a responsabilidade de um capitão, um sargento, um alferes e dois cabos. No artigo quinto, há as vedações, e, logicamente, o grupo alvo apto a entrar nessa organização:

Art. 5. O pessoal das companhias de trabalhadores será composto de homens livres que não tenham nenhuma das isenções seguintes:

§ 1. Ser menor de 18 anos ou maior de 50, ou sofrer molestia ou aleijão que o inhabilite para o trabalho.

§ 2. Ter propriedade, emprego ou industria de que tire meios de decente subsistencia.

§ 3. Ser mestre, official, ou aprendiz de qualquer officio mecanico.

§ 4. Ser patrão, mestre, ou remeiro de canôa, ou embarcação de qualquer especie.

§ 5. Ser feitor de estabelecimento agricola, ou de fazenda de gado.

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

§ 6. Ser pescador incorporado a alguma companhia, ou associação de pescaria.

§ 7. Achar-se engajado por contracto escripto como famulo, ou para qualquer outro serviço util.

Art. 6. Para que aproveitem as isenções acima referidas é necessario que os individuos que as alegarem, se achem empregados ou se ocupem effectiva e habitualmente nos diversos misteres ou serviços ahi mencionados.

Art. 7. Todos os mais individuos que não estiverem em algumas daquelas circunstancias serão alistados em cada districto, ou lugares delles em que o devão ser, na fórma deste Regulamento. (PROVÍNCIA DO CEARÁ. Regulamento N. 38, de 2 de janeiro de 1858, p. 293-294)

Fica claro que o público-alvo são aqueles que não possuíam uma ocupação definida, cuja idade e disponibilidade permitia sua utilização em atividades que beneficiasse a produção local. A exclusão de proprietários, mestres, oficiais, feitores, e outras ocupações pré-estabelecidas direcionam essa companhia a englobar uma gama de trabalhadores pobres, cuja ocupação, dependente de um conjunto de variáveis, como o clima e terras disponíveis, os deixavam em períodos sem “serviço útil”. Em uma modificação posterior, será incluído os menores de 18 até 14 anos que “estiverem em estado de trabalhar, sejam órfãos ou não, e cujo pais, tutores ou curadores não possam dar-lhes educação regular ou ocupação útil e decente.” (PROVÍNCIA DO CEARÁ, Regulamento N. 40, de 3 de novembro de 1858, Leis Provinciais op. Cit., Tomo III, p. 332.)

Para utilizar os serviços dessa organização era preciso elaborar um requerimento e entregar aos comandantes. Um dos requisitos para tal era oferecer garantias de que iriam respeitar as cláusulas do contrato. Caso não fossem cumpridas, os locatários seriam obrigados a pagarem uma multa, já os trabalhadores que não cumprissem o contrato poderiam ser presos. Apesar de livres, o trabalho era compulsório. Eles não podiam sair dos distritos sem autorização dos superiores e mesmo que fossem liberados, o local de destino também podia lhes requisitar o trabalho. O artigo 38 estabelecia o seguinte: “Todo trabalhador que sahir de seu districto para outro com licença, a qual lhe servirá de guia, será considerado addido á secção do lugar para onde fôr, para o que apresentará a mesma

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

licença ao commandante respectivo”. (PROVÍNCIA DO CEARÁ, Regulamento N. 40, p. 301)

A caracterização das pessoas aptas ao serviço nas companhias auxiliadoras nos leva às pessoas livres, mas essa mesma condição não era levada em consideração se houvesse a necessidade de mão de obra solicitada por particulares ou para a serventia do Estado. A contradição imposta ao trabalhador era: ser livre, mas obrigado a trabalhar para outro. Isso diz muito sobre o tipo de mentalidade da elite política presente na província do Ceará nesse período. Sem mencionar os escravizados que, oficialmente, eram obrigados a se submeterem as condições de trabalho que seus proprietários julgassem adequadas.

A presença dessa organização, utilizada para auxiliar particulares, não foi identificada em Baturité, pelo menos não nas fontes utilizadas nesse trabalho. No entanto, o esforço político a nível provincial, para criar esse aparato legal nos dá a dimensão do tipo de situação a qual os trabalhadores pobres no Ceará estavam sujeitos no campo do trabalho.

Foi em Baturité que, utilizando-se do meio de comunicação disponível, uma preocupação foi exposta. No jornal A Onda, um escritor anônimo aponta para a falta de mão de obra para a lavoura, apesar de, segundo ele, haver braços suficientes no país. Para o autor não identificado, “as necessidades mais urgentes da lavoura são: a falta de braços, de capitais e desenvolvimento da instrução. Aquelles são reclamados e esperados do estrangeiro, quando no paiz os ha com abundancia[...]” (A Onda- Baturité, Domingo, 2 de abril de 1882, nº 3, p.1)

Esse tipo de preocupação contribuiu para que as autoridades públicas, tanto de nível local como nacional, desenvolvessem mecanismos que direcionassem a massa de trabalhadores pobres para “participarem” da produção, mesmo que sob condições alvo de críticas constantes por parte de quem trabalhava. Dentre essas iniciativas estava a já mencionada companhia.

O tipo de trabalho a qual as pessoas livres estavam submetidas as colocavam em situações de penúria, que as aproximavam dos escravizados. Essa era a percepção do mesmo autor anônimo, na continuação de seu texto no jornal. Ele escreve o seguinte:

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

A lavoura, porem, precisa passar por uma transformação. A substituição do braço escravo pelo livre, com critério prudência e sem graves prejuízos, é de maior importância [...] Ha uma crensa que o brasileiro é indolente e preguiçoso, engano manifesto, o brasileiro é orgulhoso unicamente e não deseja ser criado de servir; constituam-se colonias com regimem militar, faça-se o recrutamento para a lavoura do modo porque se faz para o exercito. (A Onda, 1882, p. 2)

Ao mesmo tempo em que ressaltou a disponibilidade do trabalhador brasileiro, desde que o tratem de forma digna, o trecho citado propõe a criação de colônias de trabalho sob o regime análogo ao militar, ora, se quem trabalha o faz por vontade própria, por que a necessidade de haver um recrutamento, com regras e uma dinâmica de serviço que precisa ser imposta, sob ameaças as mais diversas e penalidades em caso de descumprimentos?

Ainda com relação a passagem, há a crítica ao tipo de labor que não se deseja e o apoio a outros tipos, mas os relatos que sinalizam para as condições de trabalho capitaneados por autoridades públicas não são muito animadoras. A título de exemplo temos o ocorrido no lugar chamado Volta, onde ocorreram dois acidentes fatais com quatro trabalhadores, dois foram esmagados por descarrilamento de um veículo na linha do trem, e outros dois foram pegos em uma explosão feita em uma quebra de pedras (A Ordem- Baturité, Domingo, 5 de setembro de 1880, nº 52, p. 3). Levando-se em consideração a penúria das atividades é de se supor que os trabalhos eram feitos sem a proteção necessária, sujeitando os trabalhadores a riscos constantes.

Tyrone Apollo Pontes Cândido, em Os Trilhos do Progresso: episódios de lutas operárias na construção da Estrada de Ferro de Baturité (1872-1926), expõe a percepção de que os trabalhadores empregados nas obras públicas, à época, eram vistos como mão de obra barata. Essas pessoas, “passaram a contrair, sob pressão da miséria e do controle estatal, relações de trabalho que, em muito, se aproximavam da escravidão”. (CÂNDIDO, 2002, p. 85) Visando o básico para sobreviver, esses “indigentes” trocavam sua força de trabalho por alimentos e roupas.

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

3. Os mecanismos usados para controlar.

Não somente o Estado, enquanto um corpo organizado, entendia que deveria haver o domínio do trabalhador, a fim de explorá-lo com mais eficiência. Pinheiro faz uma distinção, em que os mecanismos utilizados para subjugar os grupos subalternos são divididos em duas vertentes: os que se utilizam da intervenção do Estado, e os que não fazem uso dessa intervenção (PINHEIRO, 1989/1990, p. 214), pelo menos não de forma direta. Os particulares, bem como outras instituições, também tinham seus mecanismos para interagir com os trabalhadores pobres, da maneira que mais lhes trouxessem benefícios.

Aos olhos do Botânico Freire Alemão, em seus manuscritos, (CUNHA & DAMASCENO, 1961) os homens com certa riqueza local exploravam os lavradores locais, através dos empréstimos com juros exagerados. Essa prática tinha, dentre suas justificativas, a pouca confiança de quem emprestava sobre quem recebia o empréstimo. Segue o relato:

Ouvi calcular-se em 1.500, a 2.000 o número de habitantes da vila de Baturité; são em grande parte brancos ou mamelucos; geralmente pobres; há porém já bastante sujeitos que possuem uma fortuna boa para este lugar; mas acumulada principalmente à custas dos lavradores, a quem emprestam dinheiro com juros, e condições pesadíssimas. Êste estado é sem dúvida devido, da parte do que dá à pouca confiança, que lhe inspira o que toma; e da deste, à sua ignorância, e imprevidência. Tem a gente de Baturité adquirido má fama; foram sempre considerados como homens trampolinas, de má fé, maus pagadores, e jogadores; mas, ajunta-se, não são matadores. Não sei o que há nisso de verdadeiro; mas a usura dos comerciantes é devido como já disse à besteza dos lavradores. (CUNHA & DAMASCENO, 1964, p.341)

A estratégia usada, a elevação dos juros dos empréstimos, fazia da dependência financeira um meio de prolongar a exploração do trabalhador, pois a ele era colocado condições pesadíssimas de quitação das dívidas. Sem escolha, pois geralmente não tinham mais a quem recorrer, aceitavam os termos, mesmo que a contragosto.

Os homens de melhores condições, que forneciam os empréstimos, não por coincidência, também detinham em sua posse, uma quantidade significativa da terra fértil disponível, o que lhe propiciava mais poder a ser usado no controle sobre o pequeno

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

lavrador. Pinheiro salienta: “As evidências sugerem que a principal estratégia utilizada pra submeter o homem livre foi controlar seu acesso à terra” (PINHEIRO, 1989/1990, p. 210). Não é sem motivo a constatação feita em um Discurso Manifesto, exposto na parte chamada “Transcrição”. Em um de seus parágrafos, há a afirmação de que a concentração de terras gerou miséria, servilismo e privilégios para poucos (A Ordem, Baturité- Sábado, 25 de dezembro de 1880, nº 67, p. 3).

O controle da terra significava não só a possibilidade de oferta de trabalho, mas também o acesso a lagoas, açudes e rios (ou suas nascentes), ou seja, a água tão escassa em momentos de estiagem e tão necessária para as atividades diárias.

Além do acesso à terra e ao dinheiro, a religião se fazia presente como um outro mecanismo. Através de seus agentes, a pregação cristã era utilizada para justificar e convencer, em certa medida, o homem pobre livre a se sujeitar às condições de trabalho. Foi a partir de meados do século XIX, como aponta Pinheiro que a religião foi utilizada como instrumento persuasivo em prol da aceitação, por parte dos trabalhadores pobres, de um tipo de relação trabalho em que a submissão, diante de regras e disciplinas rígidas, era a tônica (1989/1990, p. 224). Na construção da linha férrea, esse tipo de iniciativa foi levada adiante em um caso específico envolvendo o engenheiro Pinkas. O que de certa forma surpreende é a relação direta entre a atuação do líder religioso e o engenheiro em questão.

Há na 2ª secção da via-ferrea de Baturité- um capellão, que figura nas folhas de pagamento com o ordenado de 90\$000 reis mensaes, sob o titulo de administrador geral. Isto é uma ladroeira. A via-ferrea não póde ter capellão, e nem há verba para isso. O que o Sr. Pinkas quer é ter um costas quentes, assalariado para o defender; um padre chistão que louve os seus actos de bestialidade praticados contra os nossos desventurados patricios, e aconselhe da tribuna sagrada obediencia cega a esse monstro de forma humana. (A Ordem- Baturité, Domingo 15 de fevereiro de 1880, nº 23, p.2)

A denúncia partiu de um julgamento de quem escreveu a passagem. Para ele, a vinculação monetária entre o capelão e o tal Pinkas não era eticamente aceitável. A interpretação das sagradas escrituras estaria errada e contaminada pelos interesses mundanos do sacerdote. O interesse do engenheiro pelos serviços no campo espiritual dos

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

trabalhadores expõe as intenções voltadas para o aumento do engajamento dos empregados nos serviços propostos.

A vinculação entre religião e trabalho era uma constante no período. O Padre Ibiapina, atuante no Nordeste por mais de quinze anos (1860-1875), desenvolveu um trabalho com base na pregação e construção de obras, como igrejas, cemitérios e açudes, em diversas localidades. Para combater o pecado, segundo o padre, era preciso mortificar o corpo, e isso se dava principalmente através do trabalho. (MARIZ, 1980)

Nas Casas de Caridade, construídas sob a liderança de Ibiapina, havia um regulamento composto por alguns artigos. Neles estavam alguns objetivos, dentre eles a centralidade do trabalho e a preparação para ele. Era preciso ter amor ao trabalho para ser aceito:

Art, 1- Têm dois fins as Casas de Caridade desta instituição, e vêm a ser a educação moral e o Trabalho.

Art. 3- A primeira educação das órfãs é ler, escrever, contar, aprender a doutrina cristã e cozer. Finda esta educação entrarão nos trabalhos manuais como tecer panos, fiar nos engenhos, fazer sapatos e qualquer gênero de indústria que a casa tenha adotado. [...]

Capítulo II.

Art. 6- As mulheres para o trabalho não serão logo definitivamente aceitas, mas estarão na Casa como em noviciado de 6 meses para provarem sua conduta, amor ao trabalho e verdadeira religião.

2Art. 7- Serão, também ensinados em doutrina e a ler nas horas vagas do trabalho. (Estatuto para as Casas de Caridade, apud Pinheiro, Irineu, op. Cit., p. 150)

Além do trabalho, teria o ensino moral, formando um caminho aceitável para eliminação, ou suavização, do caráter degradante do trabalho, seja ele qual for. As pregações do padre transformavam o trabalho em um caminho para a salvação; nesse cenário, “Seo prazer, sua felicidade neste mundo é sofrer, destruir-se, iniquilar-se e morrer a tudo que é sensível, a fim de ganhar os sagrados Corações de Jesus e Maria...” (HOORNAERT, 2006, p. 47). Podemos supor que essas pregações, feitas diante de multidões, impactavam os trabalhadores, incorporando as mensagens como mandamentos.

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

Link dos Jornais:

A Onda: Jornal Critico e Recreativo Link:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=770477&pesq=&pagfis=1>

Acessado em: 20 de março de 2022.

A Ordem: Orgão Conservador. Link:

<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/ordem/166685>

Acessado em: 10 de março de 2022.

Referências

ALMEIDA, Luiz de Almeida; VELLOZO, Júlio César de Oliveira. O pacto de todos contra os escravos no Brasil Imperial. Dossiê. **Revista Direito e Práxis**: Rio de Janeiro, Vol. 10, nº 03, 2019. Pag. 2144

CÂNDIDO, Tyrone Apollo. *Os trilhos do Progresso: episódios de lutas operárias na construção da Estrada de Ferro de Baturité (1872-1926)*. **Trajetos**. Revista de História da UFC. Fortaleza, vol. 1, nº 2, 2002. pag. 85.

CARONE, Edgard. Coronelismo: Definição histórica e bibliográfica. **ERA- Revista de Administração de Empresas**. V. 11, nº 3, jul-set, 1971. pag. 88.

CUNHA, Waldir; DAMASCENO, Darcy. **Os Manuscritos do Botânico Freire Alemão**. Catálogo e Transcrição. Anais da Biblioteca Nacional, Vol. 81. 1961.

FARIAS, Joanna Cavalcante Pinheiro. **Cadê o preto que estava aqui?** Presença e alocação de escravizados em Vila de Acarape e Baturité (1870-1884). Dissertação (mestrado). Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Redenção, 2018.

FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará In: SOUSA, Simone de (Org.). **Uma nova história do Ceará**. 4. ed. rev. e atual. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2015. p. 103-130.

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

HOORNAERT, Eduardo (org.). **Crônicas das Casas de Caridade Fundadas pelo Padre Ibiapina**. São Paulo: Loyol, 2006. pag. 47.

LOBO, Renato Fernandes. **Representações sociais da Pobreza e da Caridade no Jornal de Taubaté (1889 e 1935)**. Projeto de Pesquisa (mestrado). Universidade de Taubaté. Taubaté-SP, 2013.

PINHEIRO, Francisco José. O homem livre/pobre e a organização das relações de trabalho no Ceará (1850-1880). **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza. Vol. 20/21, p. 199-230. 1989/1990.

MAIA NETO, Emy Falcão. **Cartografias da água: territorialidade, políticas e usos da água doce em Fortaleza (1856-1926)**. 2015. 268f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História Social, Fortaleza (CE), 2015. Pag. 140.

MARIZ, Celso. **O Apóstolo do Nordeste**. Paraíba, Ed. UFPB, 1980.

MAUPEOU, Emanuele Carvalheira de. **Cativeiro e Cotidiano num Ambiente Rural, O Sertão do Médio São Francisco- Pernambuco (1840-1888)**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social do Norte e Nordeste o Brasil, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008, pag. 108.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. **História da escravidão no Ceará: das origens à extinção**. 2º ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2011.